

Hannah Arendt, totalitarismo e stalinismo



Por **LEONARDO AVRITZER***

A tentativa de reabilitar o stalinismo em nada ajudará a esquerda brasileira

Como parte da polarização entre esquerda e direita que tomou conta do país desde 2018, questões ideológicas têm sido discutidas de modo bastante intenso no Brasil. Entre essas questões duas assumem relevância particular, a questão do liberalismo e a avaliação da tradição da esquerda que nos últimos meses levou a uma improvável tentativa de reabilitação do stalinismo. No interior dessa discussão uma autora central para a teoria crítica da política – Hannah Arendt – acabou se tornando vítima das generalizações apressadas que encontramos nas redes sociais e em diferentes sites.

Em um país no qual se você tem uma boa ideia é melhor fazer uma canção, uma parte dessa discussão veio ao campo intelectual por meio de Caetano Veloso e sua indicação para leitura de um intelectual pouco relevante no debate internacional, Domenico Losurdo. É de Losurdo, entre outros, a ideia equivocada de que Hannah Arendt seria uma intelectual da guerra fria cuja teoria do totalitarismo teria o objetivo de igualar stalinismo e nazismo. Tal como afirmou David Bróder, “Losurdo era incisivamente crítico à escola “totalitária” representada por Hannah Arendt e uma manada de historiadores anticomunistas, que por sua vez reduziram Stalin e Hitler a irmãos gêmeos.”

Até no site **A Terra é Redonda**, tivemos essa ideia defendida recentemente por Jorge Branco. No artigo “Alternativas ao fascismo neoliberal” [<https://aterraeredonda.com.br/alternativas-ao-fascismo-neoliberal/>], ele afirma: “Na busca de uma explicação de como o mal se origina, a proposta de solução teórica confundiu ideologias e equalizou sistemas políticos muito distintos, propôs abarcar sob o conceito do totalitarismo regimes completamente distintos entre si, como o nazismo e o stalinismo”.

Por fim, o historiador e youtuber Jones Manoel citado por Caetano Veloso afirmou o seguinte em relação ao stalinismo em sua entrevista à Folha de S. Paulo: “A análise que Losurdo faz, bem longe de qualquer apologia, coloca os dados repressivos, mas destaca que é impossível desconsiderar os elementos emancipatórios”,

Assim, aprendemos com o youtuber caetanista que a URSS durante os anos 1930 teve elementos emancipatórios entre os quais ele destaca o direito de voto, apesar de que ninguém tenha ouvido falar em eleição depois do fechamento da Assembleia Constituinte pelos bolcheviques alguns meses depois da sua tomada do poder.

Neste artigo, discutirei três questões: a primeira delas é que o argumento arendtiano sobre o totalitarismo é uma expressão do debate da esquerda europeia e norte-americana no final dos anos 1930 e foi gestado fora do contexto da guerra fria; em segundo lugar, irei mostrar que a teoria arendtiana do totalitarismo não é caracterizada por propor a equivalência entre nazismo e stalinismo, mas pretende demonstrar que existem estruturas equivalentes em alguns campos e, em terceiro lugar, apontarei qual era a visão arendtiana da relação entre stalinismo e marxismo e que o stalinismo, bem entendido, é uma mistura do marxismo com uma concepção asiática de relação entre Estado e sociedade.

Assim, parece que temos no Brasil de Bolsonaro certo consenso que Hannah Arendt e seu *Origens do totalitarismo*, publicado no início dos anos 1950, são produtos da Guerra Fria. Só que não. Hannah Arendt publicou *Origens do totalitarismo* nos anos 1950 por motivos completamente biográficos. Ela estava na França quando da invasão nazista, conseguiu escapar para Portugal em janeiro de 1941 um pouco antes da invasão alemã à França. Ao chegar os Estados Unidos alguns meses depois, Arendt continuou sem visto definitivo e sem cidadania até o início dos anos 1950.

Ao mesmo tempo, ela passou os anos 1940 trabalhando sobre o extermínio dos judeus na Europa e escrevendo artigos de

opinião para a revistas *Commentary*, *New Yorker*, entre outras. Assim, a data da publicação de *Origem do totalitarismo* é tardia em relação à elaboração do argumento que é do final da década de 1930 e teve como motivação principal os processos de Moscou, a atuação da União Soviética na Guerra Civil Espanhola e os assassinatos de uma parte grande da dissidência russa de esquerda na Europa, cometidos a mando de Stalin.

Na verdade, é possível afirmar que o argumento de Arendt não é só dela mas incluiu diversos intelectuais europeus de esquerda como George Orwell, que fugiu da Espanha depois de saber que tinha uma ordem de execução contra ele por parte dos comunistas, e Gertrude Stein, uma das principais organizadoras da intelectualidade de esquerda na França. O argumento desses autores, muito mais destacados que Arendt na época, é que o stalinismo incluía processos manipulados de destruição de seus inimigos, um argumento que pode ser expandido a partir do que sabemos sobre a atuação do stalinismo durante a guerra, quando até mesmo durante o sítio de Leningrado eliminava opositores que ajudavam na defesa da cidade. Na época, a realidade dos Gulags era do conhecimento de poucos e iria mais tarde radicalizar esse argumento.

Tudo isso leva a uma questão que Hannah Arendt já havia observado em relação ao nazismo e que pode ser denominado do argumento da disponibilidade ou do anti-utilitarismo dos campos de extermínio. Arendt escreveu pela primeira vez sobre esse tema no final dos anos 1940 e fez a seguinte afirmação: "... não é apenas o caráter não utilitário dos campos - o punitivismo sem sentido de pessoas completamente inocentes, a incapacidade de mantê-los em condições para que pudessem gerar alguma capacidade de apropriação do trabalho, a superfluosidade de uma população completamente dominada - que lhes dá qualidades distintas e absolutamente perturbadoras. Sua função anti-utilitária assenta-se no fato de que eles não podiam nem ao menos contribuir na emergência militar ou interferir no enorme desequilíbrio demográfico." (Arendt, *Ensaio sobre o entendimento*, editados por Jerome Kohn, Companhia das Letras/UFMG).

Ou seja, Hannah Arendt abria ali uma linha de interpretação do nazismo que tem como ponto central a ideia da disponibilidade das vidas de pessoas inocentes em uma forma de uma profilaxia anti-utilitária. O papel daqueles indivíduos era ser exterminados ou dar a sua vida para a afirmação da ideologia nacional socialista.

Muitos anos depois ficou claro que a estrutura do Gulag era homóloga à estrutura dos campos nazistas. Em uma conferência em Columbia nos anos 60, Hannah Arendt afirmou: "nos campos forçados do Gulag, como a sua suposta 'racionalidade econômica', os trabalhadores que congelam e morrem são imediatamente substituídos por outros cujas vidas não são menos supérfluas." Ou seja, há de fato a extensão do argumento justamente pelo fato de que processos eram semelhantes, assim como é semelhante a maneira como o bolsonarismo trata a vida dos brasileiros na pandemia. Ainda assim, fica a questão de como comparar os dois sistemas, uma questão mais complexa do que a forma como vem sendo apresentada no raso debate no Brasil.

Stalinismo e nazismo se aproximam na forma de eliminação de pessoas inocentes, na maneira como se manipula a verdade para torná-las culpadas de crimes que elas não cometeram ou nem ao menos sabiam que eram crimes. Mas existe uma diferença fundamental entre stalinismo e nazismo. O nazismo é um movimento centrado na ideia da transformação do *demos* em *ethnos* e no emprego da violência com esse objetivo. O projeto nazista era intransigente na questão étnico-política, o que explica que a Alemanha tenha sido capaz de firmar um pacto com a União Soviética ou mesmo incorporar antigos comunistas no partido nazista, mas seguido na tentativa de exterminar os judeus até o último dia da guerra.

Já o stalinismo é um projeto semimarxista associado às formas de despotismo asiático, no qual os indivíduos sempre foram elimináveis, mas por motivos estritamente políticos. Segundo essa lógica, eles poderiam ser membros do partido comunista como Trotsky ou *Bukharin*, lideranças do exército como *Tukhachevsky* ou apenas adversários políticos menores ou mesmo um músico como Shostakovich, cujo maior erro foi morar em Leningrado, uma cidade que, como é sabido, Stalin odiava.

O argumento de classe, nesse caso, é relativizado, mas ainda assim integrado em uma profilaxia que tinha o Gulag como local privilegiado do extermínio dos inimigos. Hannah Arendt conhecia essa lógica, que ela abordou em uma famosa conferência na Universidade de Columbia. Ali ela afirmou "acreditar que Stalin era muito mais o sucessor de Rasputin do que de Lênin... Acreditar que Stalin é a continuidade de Lênin é completamente equivocado. O que seria lógico depois de Lênin seria um despotismo através de uma liderança coletiva... O desastre completo do stalinismo representou um rompimento completo com o regime" (as minutas do seminário foram localizadas por Peter Baehr e publicadas na *History and Theory*, Vol. 54, No. 3, 2015, p. 353-366.).

Ou seja, estamos muito distantes de uma autora da guerra fria com uma abordagem teórica visando a equivalência entre nazismo e stalinismo. O que temos é uma autora que não pertence ao campo liberal e que entende o totalitarismo como formas de repressão da pluralidade humana e da manipulação de massas. Essas características do stalinismo e do nazismo permitiram amplas formas de repressão e de eliminação de ativistas políticos ou de simples cidadãos.

No entanto, se elas não nos permitem identificar stalinismo e nazismo, isso não deve significar –como estamos assistindo no Brasil –qualquer forma de minimização dos elementos antidemocráticos ou dos crimes cometidos pelo stalinismo. A tentativa de reabilitar o stalinismo em nada ajudará a esquerda brasileira. Apenas distorce ainda mais o debate sobre a democracia com o qual nos enfrentamos hoje.

***Leonardo Avritzer** é professor de ciência política na UFMG. Autor, entre outros livros, de *O pêndulo da democracia (Todavia)*.

A Terra é Redonda